

# 436 Pedido de Ibsen causa revolta e tumulto

**LUIZA DAMÉ**

A CPI do Orçamento teve ontem mais uma reunião tumultuada — marcada por calorosas discussões, toques insistentes da campanha e uma interrupção de cinco minutos para apaziguar os ânimos. Novamente, o pivô dos desentendimentos foi o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), que pediu para depor em sessão reservada na Subcomissão de Bancos, numa tentativa de se livrar do plenário da CPI. A convocação do empresário Paulo César Farias e dos dez parlamentares citados nos documentos da Construtora Odebrecht também provocou debates exaltados.

O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), teve de suspender a reunião por cinco minutos, para interromper um bate-boca entre os deputados Pedro Pavão (PPR-SP) e Lázaro Barbosa (PMDB-GO) e o senador Gilberto Miranda (PMDB-AM). Pavão acusou a CPI de estar protegendo Ibsen

Pinheiro, ao aceitar os sucessivos pedidos de protelação do depoimento. Exaltado, Lázaro Barbosa disse que o PMDB queria a apuração rigorosa das denúncias, sem proteger quem quer que seja, até mesmo seus filiados. Barbosa foi apoiado por Gilveto Miranda, que engrossou o coro dos descontentes com as suspeitas levantadas sobre a intenção da CPI em acobertar alguns parlamentares.

**Privilégios** — Acionando insistentemente a campanha, Passarinho — antes de interromper a reunião — mandou Pavão ler o Código Penal, que concede privilégios aos parlamentares de escolherem dia, horário e local dos depoimentos. “Eu não posso trazer o Ibsen abaixo de vara para depor”, reclamou o senador. Passarinho apoiou o protesto do deputado Aloízio Mercadante (PT-SP) contra proposta apresentada pelo deputado Roberto Rollemberg, presidente do PMDB de São Paulo. Rollemberg sugeriu a convocação de Ibsen pela Subco-

missão de Bancos.

“Tem de haver isonomia. Os depoimentos não são apenas para condenar, mas também para inocular — e o melhor exemplo é o Sérgio Guerra”, frisou Mercadante. O deputado petista lembrou que os deputados Genebaldo Correia e Cid Carvalho foram surpreendidos no depoimento com informações exclusivas da CPI e, com um depoimento reservado, Ibsen não passaria por esse vexame em frente às câmeras de televisão. Mercadante entende que, assim como Ibsen, os deputados Uldorico Pinto (PSB-BA), Carlos Benevides (PMDB-CE), Flávio Derzi (PP-MS) e José Luiz Maia (PPR-PI) já podem ser ouvidos.

A convocação de PC foi outro aspecto que causou polêmica na reunião de ontem, que durou cerca de três horas. Na apreciação do requerimento dos deputados Aloízio Mercadante e Luiz Salomão (PDT-RJ), muitos parlamentares foram contrários à convocação de PC, sob a alegação de que o empresário te-

ria muito o que dizer, mas certamente não falaria tudo o que sabe. Outros argumentaram que PC implodiria a CPI, caso cumprisse a ameaça de divulgar os nomes dos parlamentares que ajudou na campanha eleitoral e depois votaram pelo impeachment de Collor. Nessa linha de pensamento se uniram os senadores Êlcio Álvares (PFL-ES), Pedro Teixeira (PP-DF) e Ney Maranhão (PRN-PE).

O senador Mário Covas (PSDB-SP), contrário à imediata convocação de PC, ponderou que seria mais prudente, antes, esgotar a lista de parlamentares acusados de envolvimento com o escândalo do Orçamento. Na defesa da convocação imediata, os únicos a marcar posição foram Mercadante e o senador Jutahy Magalhães (PSDB-BA). No final da reunião, Mercadante reclamou do senador Pedro Simon (PMDB-RS): “Você nos deixou sozinhos nesta briga”. Simon disse que não sabia que o requerimento estava sendo votado enquanto ele discursava no plenário.